



III Fórum da Internet no Brasil

Pré IGF Brasileiro 2013



ABERTURA

RELATÓRIO COMPLETO

Belém, 03 de setembro de 2013



1. INTRODUÇÃO

O Fórum da Internet no Brasil¹ é um evento realizado pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br)² com o objetivo de reunir participantes dos setores governamentais, empresariais, acadêmicos, das organizações da sociedade civil, técnicos, estudantes e todos os interessados e envolvidos nos debates e temas a respeito da Internet no Brasil e no mundo. Nos últimos anos o Fórum tem se tornado um espaço aberto para o debate sobre os desafios atuais e futuros da Internet.

Mantendo e aprofundando o modelo multissetorial e multilateral de governança da Internet Brasileira, o CGI.br busca incentivar os principais representantes dos setores que o compõem a acompanharem e opinarem sobre as questões e soluções consensuais para a consolidação e expansão de uma Internet no Brasil diversa, universal, inovadora, que expresse os princípios da liberdade, dos direitos humanos, da privacidade, tal como apresentado em sua resolução com os Princípios para a Governança e Uso da Internet³.

Internacionalmente verifica-se um amplo debate sobre um modelo apropriado para a governança global da Internet. Posto isto, recentemente o modelo brasileiro de governança da Internet tem se destacado e reivindicado como modelo a ser utilizado no cenário global de governança da Internet devido a sua característica de preservação da natureza *multistakeholder* como visto na formação e composição do CGI.br.

¹ <http://www.forumdaInternet.cgi.br/index.html>

² <http://www.cgi.br/>

³ <http://www.cgi.br/regulamentacao/resolucao2009-003.htm>



Considerando o modelo *multistakeholder* e do universo de possíveis temáticas a serem abordadas no Fórum Brasileiro, o CGI.br deliberou assim constituir o Fórum da Internet no Brasil, para o qual congregam participantes dos mais diversos setores governamentais, empresariais, acadêmicos e do terceiro setor, como a Reunião Brasileira Preparatória para o IGF, agregando as reflexões do Fórum como importantes contribuições multilaterais brasileiras para o Fórum Mundial de Governança da Internet.

O Fórum de Governança da Internet (IGF), acrônimo do inglês *International Governance Forum*⁴, foi proposto pela Cúpula Mundial sobre Sociedade da Informação em novembro de 2005, e criado após consultas convocadas pelo Secretário Geral das Nações Unidas em 2006 que também criou o *Multistakeholder Advisory Group* (MAG) – Grupo Consultivo Multilateral – composto por representantes de governos, sociedade civil, academia, iniciativa privada e organizações internacionais e de pesquisa com a finalidade de assessorar o programa e calendário das reuniões do IGF. Desde 2006, anualmente o IGF acontece em cidades sedes escolhidas para tanto.

O objetivo desse relatório é apresentar todos os eventos ocorridos na abertura do III Fórum da Internet no Brasil e Pré IGF Brasileiro 2013 que ocorreu entre os dias 3 e 5 de setembro no Hangar Convenções, Belém (PA).

O relatório foi dividido em duas partes:

- 1) Componentes da Mesa;
- 2) Apresentação dos Painelistas.

⁴ <http://www.intgovforum.org/cms/>



2. COMPONENTES DA MESA

A Plenária de Abertura teve a presença do Secretário Executivo do CGI.br, Hartmut Glaser, e do Conselheiro e Coordenador do CGI.br, Virgílio Almeida, bem como da representante do Estado anfitrião do evento, Leila Daher, Diretora de Projetos Especiais da Companhia de Processamento de Dados do Estado do Pará – PRODEPA, que representou o presidente da entidade, Theo Pires. Eduardo Parajo, Conselheiro do CGI.br, representou o setor empresarial, enquanto, o terceiro setor foi representado pelo Conselheiro do CGI.br, Percival Henriques de Souza. Por último, o representante do setor acadêmico, Professor Flavio Rech Wagner, Conselheiro do CGI.br.

3. APRESENTAÇÃO DOS PAINELISTAS

Após as boas vindas do Mestre de Cerimônias ao Estado do Pará, na cidade de Belém, na data de 3 de Setembro de 2013, foram convidados para compor a mesa os painelistas da plenária de abertura do III Fórum da Internet no Brasil. Em seguida, o Mestre de Cerimônias anunciou as palavras do professor Hartmut Glaser, presidente da mesa estabelecida na abertura do Fórum.

O Secretário Executivo do CGI.br destacou a realização pela terceira vez do Fórum da Internet no Brasil pelo CGI.br, apontando ser importante o contato com a comunidade, que vem desde o primeiro evento em São Paulo, o segundo em Olinda, no Estado de Pernambuco e agora em Belém. Hartmut Glaser alegou que conforme os anos vêm passando o CGI.br tem aprendido em como



realizar o evento e confirma a permanência do modelo itinerante de fórum para todas as regiões do Brasil e que cada vez mais se aprofunde o contato para com a comunidade, habitantes, acadêmicos, empresários, terceiro setor, órgãos do governo para receber informações, solicitações e também prestar informações dentro do possível naquilo que compete ao Comitê Gestor da Internet no Brasil. Saudou a mesa composta pelos vários representantes em nome do Coordenador do CGI.br Virgílio Almeida e desejou a todos três dias de fórum frutíferos. Passou a palavra ao professor Flávio Wagner, conselheiro do CGI.br representante da Academia.

3.1. Apresentação de Flávio Rech Wagner, conselheiro do CGI.br representante da academia

O primeiro painelista da Plenária de Abertura, **Flávio Rech Wagner**, destacou que a sociedade está vivendo um tempo de intensa discussão de vários temas que despertam polêmicas, paixões e que certamente serão abordados nos três dias de Fórum como a neutralidade de rede, a privacidade de dados, segurança, a instalação no país ou não de datacenters dos grandes provedores de conteúdo. A discussão em torno desses temas certamente envolve muitas questões jurídicas, econômicas e sociais, mas que repousam sempre sobre uma base técnica que as pessoas não podem desconhecer. O professor afirmou que a tecnologia avança muito rapidamente e os modelos de negócios que vêm com elas também mudam muito depressa, contudo, a legislação não pode



ficar atrelada a questões conjunturais ou a tecnologias específicas, sendo que os princípios legais devem ser como os princípios da arquitetura da rede, simples e duradouros, assim como é a Internet que tanto é admirada hoje.

Flávio Wagner defendeu que o Marco Civil da Internet seja aprovado como uma carta de princípios e não seja influenciado por questões conjunturais, pois o desenvolvimento da Internet no país, em todos os seus aspectos técnicos, econômicos e sociais, para ser feito com autonomia no país depende do domínio da tecnologia. Desta forma, o fomento ao desenvolvimento científico, tecnológico e a qualificação dos recursos humanos é indispensável para um projeto de nação nesta área. Destacou ainda o CGI.br como modelo internacional de governança, assim como o NIC.br – Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR, braço operacional do CGI.br, é um exemplo internacional de entidade técnica qualificada na gestão de domínios e em muitas outras atividades técnicas correlatas que desenvolve.

O professor afirmou que certamente o sucesso do NIC.br na operação da Internet no país não está dissociado do modelo de governança multissetorial do CGI.br, nem da grande competência tecnológica que há disponível no país. O NIC.br é um órgão técnico, não estatal, sem fins lucrativos, que atende o interesse público e que o faz com competência e independência tanto do setor privado como do setor público. Os representantes da comunidade científica e tecnológica do CGI.br procuram ter uma presença forte, e por extensão uma presença também junto ao NIC.br para que o desenvolvimento técnico da Internet continue sendo uma das prioridades nacionais e assegure a necessária autonomia como nação. A representação científica e tecnológica no CGI.br exerce seu papel de forma independente de interesses políticos ou comerciais específicos, mas certamente sempre em defesa tanto do desenvolvimento técnico da Internet no país como do interesse público.



Flávio Wagner também apontou que no Fórum da Internet a representação acadêmica espera ter esse mesmo papel independente, baseada em pressupostos técnicos e científicos, um papel que é quase moderador das disputas entre os muitos outros grupos de interesse da sociedade que estão presentes. Nesta condição, é desejo do conselheiro que todos os participantes do Fórum venham ao debate com este mesmo espírito – defendendo as justas demandas de seus respectivos setores, mas com o espírito aberto para o diálogo e para encontrar as soluções possíveis de consenso.

Por fim, comentou que já é conselheiro do CGI.br há quase seis anos e está em seu segundo mandato e pode dar um testemunho isento, sendo da natureza multissetorial do CGI.br buscar o consenso possível entre posições que às vezes parecem irreconciliáveis de início, e sempre o fazendo baseado em um sólido conhecimento técnico. O Decálogo de Princípios de Governança e Uso da Internet⁵, formulado pelo CGI.br e elogiado internacionalmente, foi construído à custa de muito diálogo e alcançou consenso absoluto entre os conselheiros de todos os setores. Segundo o professor, a comunidade científica e tecnológica se sente muito à vontade neste contexto de busca constante do consenso porque assim seria feito o avanço da ciência e da tecnologia. As posições extremadas, a defesa inegociável das próprias verdades não levará à frente, pois segundo o professor, uma sociedade só avança quando encontra os caminhos que constroem a sua harmonia. E isto precisa ser feito com honestidade de princípios e levando em conta, antes de qualquer coisa, os verdadeiros interesses da população, da cidadania e não os interesses estreitos de um setor. Também destacou que a governança da Internet no Brasil construiu até hoje uma formidável trajetória e que deve-se lutar para que essa trajetória continue., desejando que este espírito de defesa dos interesses maiores do país e de busca do consenso possível, sobre uma base técnica sólida, guie o debate em Belém.

⁵ <http://www.cgi.br/regulamentacao/resolucao2009-003.htm>



3.2. Apresentação de Percival Henriques de Souza Neto, conselheiro do CGI.br representante do terceiro setor

O segundo painalista, **Percival Henriques de Souza Neto**, iniciou sua fala dizendo que iria tratar de inovação. O Conselheiro do CGI.br contou a história da energia elétrica, que no começo do século passado era um bem raro, novo, fruto da inovação, fruto do gênio humano e que poucas pessoas tinham acesso, apenas os ricos. Apresentou este paralelo para abordar a ausência da energia elétrica em sua vida há 30 ou 40 anos atrás. Destacou que o mundo já era civilizado, a energia elétrica já tinha passado da fase de experimento, da fase de uso como artigo de luxo e que atualmente ela virou infraestrutura básica necessária. O conselheiro abordou a região Norte e Nordeste, ou mesmo a grande periferia da cidade de São Paulo, locais em que a energia elétrica também é um bem que está distante. E assim é a Internet na maioria dos lugares remotos do Brasil, um sonho distante que está para as pessoas assim como estava a energia elétrica há 100 anos atrás.

Percival Henriques de Souza Neto defendeu a Internet e o acesso à informação como direitos humanos e apontou a necessidade de socializar a informação sobre as disputas contidas no Marco Civil da Internet em que se discutem os direitos autorais e a indústria de *copyright* que disputa com a sociedade. Destacou ainda que tudo acaba na economia e nos interesses das operadoras de telecomunicação que estão contra os interesses das pessoas, sendo que muitas vezes o direito humano é mitigado em função da ganância do capital, apesar de que em outras vezes a sociedade se organiza e consegue estabelecer um certo equilíbrio.



O Conselheiro afirmou que o Fórum da Internet no Brasil é um dos pontos onde se tenta estabelecer esse equilíbrio. Nesse equilíbrio, conhecimento é uma necessidade plena e não se constrói um mundo melhor se não for através da socialização do conhecimento e da discussão mais ampla possível sobre os bens que se dispõem e como utilizá-los.

Desta forma, Percival Henriques afirmou que o Fórum da Internet permitirá discutir basicamente a socialização do conhecimento como um bem maior nesse espaço chamado Internet que não é de átomo mas sim de bytes, sendo uma coisa que não é virtual, mas real. O que as pessoas fazem na Internet, acaba sendo mais permanente do que algumas coisas que fazem no mundo dos átomos. Finalizou sua fala desejando bom fórum a todos e que as discussões daqui sirvam para melhorar a Internet do Brasil e contribuir para um futuro melhor desse país.

3.3. Apresentação de Eduardo Parajo, conselheiro do CGI.br representante do setor empresarial

O terceiro painelistas, **Eduardo Parajo**, iniciou sua fala apontando que o Fórum, na sua terceira edição, continua trabalhando na linha dos princípios que foram definidos pelo CGI.br no Decálogo da Internet. Destacou que o decálogo será bastante aproveitado nestes próximos três dias e que foi criado a partir do Marco Civil da Internet, temática que apontou ser um tema a ser bastante debatido nas trilhas e que sejam tiradas conclusões e mais opiniões a respeito dele, munindo a Câmara dos Deputados para a aprovação desse projeto que pode servir como base para a Internet brasileira.



O representante dos provedores de acesso e conteúdo dentro do CGI.br afirmou que desde o início da discussão do Marco Civil tem acompanhado, contribuído e debatido, sendo importante envolver o Fórum e mais pessoas para o debate, pois a participação das pessoas vai ajudar a empurrar o Marco Civil da Internet na Câmara dos Deputados e posteriormente no Senado. Deste modo, defendeu que seja garantida uma lei principiológica e que siga justamente o decálogo do CGI.br. Finalizou desejando bom fórum a todos e que os três dias sejam produtivos.

3.4. Apresentação de Leila Daher, representante do Estado do Pará

A representante do Estado anfitrião do evento, **Leila Daher, Diretora de Projetos Especiais da Companhia de Processamento de Dados do Estado do Pará – PRODEPA** iniciou sua fala descrevendo o projeto Navega Pará⁶, destacando que o estado do Pará possui dimensões continentais e uma população bastante dispersa que é um desafio para o projeto. Atualmente, o projeto está em 62 municípios, atendendo em especial os órgãos públicos e proporcionando conectividade para que estes possam atender a população local. A painelistra alertou que por força do contrato com a Eletronorte⁷, o Navega Pará não pode atender a população. Por isso, comentou estar buscando parceiros que possam ter esse fim, assim como a parceria com a Telebrás⁸ para

⁶ <http://www.navegapara.pa.gov.br/>

⁷ <http://www.eln.gov.br/opencms/opencms/>

⁸ <http://www.telebras.com.br/>



aplicação do Plano Nacional de Banda Larga (PNBL)⁹, plano que muito beneficiaria a população paraense. Leila Daher apontou que o Navega Pará cedeu toda a sua infraestrutura do interior, de forma a permitir e viabilizar a chegada da Telebrás de forma rápida para atender a população. São duas frentes de trabalho, atendendo a regiões não atendidas ou muito pouco atendidas que é o sul do Pará e o arquipélago do Marajó. Finalizou a apresentação desejando que o Fórum atinja seus objetivos e supere as expectativas de todos os presentes.

3.5. Apresentação de Virgílio Almeida, coordenador do CGI.br

O Coordenador do CGI.br, Professor **Virgílio Almeida**, iniciou sua fala destacando que a Internet no Brasil deve ser vista como instrumento chave para afirmação da cidadania, da democracia e para o desenvolvimento tecnológico, econômico e social do Brasil. Sua afirmação foi proveniente da observação recente dos intensos movimentos sociais se articulando por todo o país com auxílio das redes sociais e das comunicações via Internet. Por outro lado, Virgílio Almeida observou que há uma preocupação com sinais de invasão de privacidade, espionagem e monitoramento de comunicações de cidadãos brasileiros por agências e órgãos de segurança de outros países.

⁹ <http://www.mc.gov.br/acoes-e-programas/programa-nacional-de-banda-larga-pnbl>



O professor destacou que recentemente o *Wall Street Journal*¹⁰ publicou um artigo intitulado "Brasil: Capital da Mídia Social no Universo", onde diz que o Facebook¹¹, rede social norte-americana, possui mais de 65 milhões de usuários no Brasil, o que o torna o segundo maior mercado da empresa dos Estados Unidos da América (EUA). Virgílio Almeida destacou que o Brasil também é um dos maiores mercados do *Google*¹², empresa de tecnologia dos EUA e do *Twitter*¹³, site de microblog norte-americano, fora dos EUA em número de visitantes únicos. Também observou que o Brasil é o terceiro mercado de notebooks e desktops do mundo, sendo de uma maneira global, um dos 7 maiores mercados de TICs.

Assim, Virgílio Almeida questionou, "Para onde vai a Internet no Brasil?". E indicou que esta é uma questão chave a ser discutida e debatida no Fórum da Internet no Brasil, pelos vários setores representados. Apontou também que esta é uma questão que se torna cada vez mais relevante, à medida que a ampliação do papel da Internet no país atrai novos interesses, novos investimentos, gera novos conflitos, mas também cria imensas oportunidades sociais e econômicas.

O Coordenador do CGI.br lembrou que recentemente o governo da presidente Dilma instituiu a Lei de Acesso à Informação¹⁴, recurso do Estado moderno e democrático possível apenas devido à Internet. Também afirmou que o governo, através do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI)¹⁵ lançou os programas TI Maior¹⁶ e Startup Brasil¹⁷ que estão oferecendo

¹⁰ <http://online.wsj.com/home-page>

¹¹ www.facebook.com

¹² www.google.com

¹³ www.twitter.com

¹⁴ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm

¹⁵ <http://www.mct.gov.br/>



resultados positivos às áreas de TICs e ao empreendedorismo no país. Destacou que nestes casos em específico, a Internet é não só a causa, mas também meio e efeito. Além destas iniciativas, destacou que o Ministério das Comunicações tem buscado ampliar significativamente o acesso de qualidade à Internet através da implantação do Plano Nacional de Banda Larga (PNBL)¹⁸.

Percebendo a crescente importância da Internet, o professor indicou que é necessário olhar para o CGI.br não só pela oportunidade e coerência das funções precípuas, mas também pelas características deste colegiado multissetorial, que representa amplamente a sociedade brasileira, conforme pode ser facilmente observado no Fórum. E este papel tem sido reconhecido tanto nacional quanto internacionalmente. Nesse aspecto o professor destacou que há de se colocar em relevo o caráter multissetorial e igualitário do CGI.br, com destaque para o fato de que nenhum dos segmentos que compõem o CGI.br possui maioria absoluta de seus membros. Além disso, Virgílio Almeida destacou outra virtude intrínseca do CGI.br que é a construção de suas decisões por consenso, demonstrando a capacidade de transigir e negociar decisões. O consenso do possível foi exaltado como o supra-sumo da democracia brasileira.

Em relação às atividades do CGI.br, Virgílio Almeida apresentou o Decálogo que os conselheiros e a sociedade brasileira construíram e se tornou a base fundamental da governança da Internet no Brasil. O professor lembrou que o Decálogo é um documento sucinto na sua forma, mas amplo no conteúdo e profundo nos propósitos de estabelecer os direitos e responsabilidades dos cidadãos, das empresas e do governo.

¹⁶ <http://timaior.mcti.gov.br/>

¹⁷ <http://startupbrasil.mcti.gov.br/>

¹⁸ <http://www.mc.gov.br/acoes-e-programas/programa-nacional-de-banda-larga-pnbl>



O coordenador do CGI.br observou como passo fundamental a aprovação do Marco Civil da Internet¹⁹ por razões já amplamente discutidas na imprensa e na própria rede, sendo necessária e urgente a existência de uma legislação específica e competente para a Internet no Brasil. Em razão do que já foi construído e discutido, o professor apontou que a proposta do deputado federal Alessandro Molon é um caminho seguro como base para as discussões no Congresso, bem como indicou que o Fórum da Internet no Brasil seria um ambiente privilegiado para reforçar o apoio ao Marco Civil da Internet brasileira.

Por outro lado, declarou ser preocupante o monitoramento secreto na Internet de cidadãos e autoridades brasileiras pelo governo americano em conjunto com grandes empresas do setor. O professor comentou que estas ações atingem diretamente a soberania de nosso país. As empresas norte-americanas como *Google*, *Facebook*, *Microsoft*²⁰, *Apple*²¹, *Twitter*, assim como as grandes operadoras de telecomunicações e provedores possuem milhões de usuários no Brasil. Desta forma, Virgílio questiona se os princípios do decálogo, em especial a privacidade, respeito aos direitos humanos e a neutralidade estão sendo respeitados por essas empresas no que se refere aos cidadãos brasileiros. Segundo o Coordenador do CGI.br, as notícias recentes na imprensa nacional e internacional aumentaram as preocupações neste domínio, sendo isso uma questão que afeta a autonomia como país e a integridade dos cidadãos brasileiros.

Afirmou que o Brasil não pode ser visto apenas como um enorme mercado e de que é preciso ser visto como parceiro intelectual e sim um país com grandes possibilidades para atividades de pesquisa e desenvolvimento em Internet; bem como de oportunidades

¹⁹ <http://www.cgi.br/publicacoes/documentacao/CGI-e-o-Marco-Civil.pdf>

²⁰ <http://www.microsoft.com/pt-br/default.aspx>

²¹ <http://www.apple.com/br/>



para a criação de infraestruturas locais e como opção de investimentos duradouros. Destacou olhar para o futuro, e viu com orgulho a missão do CGI.br na proposição de políticas, ações e diretrizes para tornar a Internet do Brasil mais segura, rápida, barata, democrática e inclusiva. Finalizou sua fala apontando que ações como a instalação no Brasil de Pontos de Troca de Tráfego, o projeto Anti-Spam, as análises de incidentes de segurança, o levantamento estatístico do uso da Internet brasileira e a realização de eventos como este Fórum, iniciativas primorosas do CGI.br e que mereciam o apoio do governo e da sociedade por contribuir significativamente para uma Internet melhor.

3.6. Apresentação de Carlos Afonso, conselheiro do CGI.br

O Conselheiro do CGI.br, Carlos Afonso, foi convidado para proferir uma palestra que teve como tema ***"O histórico do CGI.br e os princípios de Governança da Internet no Brasil"***. Iniciou sua apresentação destacando a história do CGI.br que começou no final da década de 80 no Brasil, coincidindo com o nascimento de uma iniciativa chamada Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP)²², atualmente considerada referência internacional. Além disso, da coincidência e iniciativa da IBASE²³ do Betinho, que viu as TICs em 1984 como importantes recursos para a sociedade se comunica nacional e internacionalmente. Nela foi construído um

²² <http://www.rnp.br/>

²³ <http://www.ibase.br/>



pioneiro projeto de comunicação de dados chamado Alternex²⁴, sendo este projeto parte de uma série de projetos similares em países distantes do Brasil, tal como Mongólia, Nicarágua, Filipinas, Inglaterra, Estados Unidos e Canadá que se reuniram com entidades civis e formaram, em maio de 1990, a Associação pelo Progresso das Comunicações²⁵ para justamente explorar as possibilidades desses novos meios para a comunicação.

Segundo Carlos Afonso, isso acabou resultando na necessidade da Organização das Nações Unidas (ONU)²⁶ trazer esses recursos de comunicação para uma Primeira Conferência a nível mundial durante a ECO-92. Com isso, destacou o painalista, as iniciativas brasileiras de Internet, seja via RNP ou qualquer outra instituição acadêmica deixaram de ser clandestinas, visto que a determinação do monopólio estatal de telecomunicações proibia usar qualquer padrão de comunicação que não fosse homologado pela Organização Internacional de Padronização (*International Organization for Standardization* - ISO)²⁷ e pelo modelo padrão de interconectividade entre máquinas chamado Interconexão de Sistemas Abertos (*Open Systems Interconnection* – OSI)²⁸, a chamada comunicação de dados por data gramas, sendo o protocolo TCP/IP (*Transmission Control Protocol / Internet Protocol*), que significa Protocolo de Controle de Transmissão / Protocolo de Interconexão, utilizado no Brasil, ilegal.

²⁴ <http://www.ibase.br/pt/2011/07/alternex/>

²⁵ <http://www.apc.org/>

²⁶ <http://www.onu.org.br/>

²⁷ <http://www.iso.org/iso/home.html>

²⁸ http://pt.wikipedia.org/wiki/Modelo_OSI



Assim, o conselheiro destacou o nome de Tadao Takahashi, um dos pioneiros da criação da RNP, que trouxe os primeiros links acadêmicos para o Brasil, um em São Paulo e outro no Rio de Janeiro, alegando ao governo brasileiro, via Embratel²⁹ e Telebrás, de que não era possível realizar o projeto de Internet na ECO-92 sem estes links. Com isso a ONU se convenceu e colocou como exigência para o acordo de sede brasileira a presença destes links e sendo a partir destes links possível a criação dos telecentros. Estes telecentros foram criados tanto no espaço oficial da Conferência, como no espaço da imprensa e da sociedade civil. O conselheiro do CGI.br apontou que este foi o primeiro projeto significativo de Internet no Brasil voltado à sociedade.

Com isso, Carlos Afonso destacou que na prática a regulamentação de que o TCP/IP no Brasil era ilegal foi quebrada. Com isso abriram-se oportunidades para que as entidades associadas à RNP pudessem ir adiante no desenvolvimento e instalação da Internet com enlaces entre o Brasil e Estados Unidos, que era o centro da Internet no mundo em 1992. A partir disso, o processo da Internet foi crescente, culminando no ano de 1995, quando a Embratel, único provedor de Internet no Brasil, ainda estatal na época, criou um processo de autorização para através de modem conectar a população à rede de Internet dela. Contudo, isso foi modificado graças à cooperação conjunta, um esforço conjunto político entre as entidades civis e o setor acadêmico de um lado e sobretudo o Ministério de Ciência e Tecnologia na época que estabeleceu que a Internet não era telecomunicação, mas sim algo que corria sobre os enlaces físicos de telecomunicação de qualquer tipo.

O conselheiro recordou-se de uma reunião com o Sergio Mota em que tentava convencê-lo da importância da separação entre Internet e telecomunicações. Carlos Afonso também explicou a conversa que teve com Sérgio, apontando que a rede de telefonia

²⁹ <http://www.embratel.com.br/>



é como se houvessem duas pessoas falando, uma com voz fina e outra grossa. Não há como regular as vozes, mas sim a instalação e a operação desses próprios cabos pra que as pessoas possam falar seja com voz grossa, voz fina, com ruído de fax, ou qualquer outro ruído que passe por esses cabos. Sérgio acabou entendendo o propósito da rede e verificou como isso poderia ser realizado a nível de governo, o qual então nasceu a ideia do Comitê Gestor da Internet (CGI.br), com forte apoio do Ministério da Ciência e Tecnologia que acabou trazendo outros Ministérios. Disso, o conselheiro comentou ter nascido a norma 4, uma norma da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL)³⁰, determinando que a Internet é um serviço de valor agregado e não estava sujeita à LRP ou qualquer outra lei que regulava a telecomunicação. Portanto, concluiu Carlos Afonso, as duas iniciativas, a Norma 4 da Anatel e a criação do CGI.br foram produtos mobilização multissetorial pluralista da sociedade civil, do setor acadêmico e dos governos que perceberam a importância da Internet.

Ao ser criado em 1995, o CGI.br foi mundialmente pioneiro em seu formato de responsabilidade, sendo um iniciativa em que, na época não se falava em padrões do tipo *multistakeholders*. E daí surgiu a colaboração entre os setores. Portanto, desde o início da Internet no Brasil, esta possui este formato. Segundo Carlos Afonso, o modelo avançou em 2003 quando assumiu o governo do Lula, pois tudo estava bem, mas ainda era o governo era quem indicava os representantes não governamentais pro Conselho e foi proposto que isso deveria ser feito pelos próprios grupos de interesse desses conselheiros. Isso foi aprovado em decreto do CGI.br, foi modificado em setembro de 2003 para acomodar o que, finalmente, passou a ser uma entidade efetivamente pluralista, *multistakeholder*. Portanto, surge o CGI.br com a finalidade de coordenar e integrar as iniciativas relativas à Internet no país, além

³⁰ <http://www.anatel.gov.br/Portal/exibirPortalInternet.do>



de promover a qualidade técnica, inovação e disseminação dos serviços, bem como coordenar e executar a distribuição de nomes de domínio ".br" e endereços IP.

O painelista explicou que atualmente o conselho é composto de 8 representantes do governo federal, um representante dos governos estaduais, que é escolhido entre as secretarias de Ciência e Tecnologia dos estados, no qual o atual representante é do Espírito Santo, apontou Hartmut, 4 representantes das entidades civis, 4 representantes de associações empresariais, 3 representantes de associações acadêmicas e 1 especialista de notório saber escolhido por consenso, que no caso é Demi Getschko³¹. E um dos produtos nossos fundamentais foi a criação dos Dez Princípios (Decálogo), a qual todos os presentes receberam na bolsa dada no início do evento.

Carlos Afonso também explicou como é feita a organização das relações entre o Governo e a sociedade na execução do registro de Nomes de Domínio, na alocação de Endereços IP e na administração pertinente ao Domínio de Primeiro Nível ".br", no interesse do desenvolvimento da Internet no Brasil. Diferentemente de muitos outros países cujo domínio de topo de código de país (Country Code Top Level Domain – CCTLD)³² –, o Brasil tomou a decisão via CGI.br de assumir que o ".br" era a identidade do país na Internet. O painelista exemplificou que se você pegar o ".tv" de Tuvalu, ele na verdade é um domínio genérico que pode ser usado por qualquer empresa, de qualquer país. Ele não é, não representa o país de Tuvalu, né. O ".st" de São Tomé e

³¹ http://pt.wikipedia.org/wiki/Demi_Getschko

³² http://en.wikipedia.org/wiki/Country_code_top-level_domain



Príncipe não representa o país São Tomé. Ele é um domínio genérico, qualquer um pode usar, assim como muitos outros países optaram por comercializar o seu domínio internacionalmente.

Segundo o conselheiro do CGI.br, o Brasil optou por manter como patrimônio da comunidade que não pode ser comercializado dessa maneira. Então só entidades, pessoas físicas ou jurídicas, que tem, que estejam estabelecidas no Brasil, ou sejam brasileiras podem usar o ".br". É a mesma política do Canadá, por exemplo. Carlos Afonso confessou ao público ter dupla cidadania, pois foi exilado no Canadá durante 6 anos durante a ditadura no Brasil. O governo brasileiro recusando-se a dar a certidão de nascimento de seu filho, bem como de seu passaporte. Deste modo aceitou a gentil oferta da rainha da Inglaterra pra receber um passaporte canadense e possui um domínio ".ca", cafonso.ca. Ele explicou que para conseguir esse domínio teve de enviar uma cópia do meu passaporte para o registrador, para que ele se certificasse de que ele era efetivamente canadense, acontecendo o mesmo para com o ".br".

Carlos também explicou que até dezembro de 2005 a arrecadação da anuidade do ".br" era feita através de um acordo do CGI.br com a FAPESP, a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo³³. A partir de dezembro de 2005, isso passou a ser feito por uma organização da sociedade civil de direito privado, especialmente criada pra esse fim, chamada NIC.br - o Núcleo de Informação e Coordenação do ".br". Afonso comentou que desse processo ainda resta uma boa quantia de recursos financeiros na FAPESP, não sabendo o valor exato desta quantia. O Tribunal de Contas da União reconheceu os valores arrecadados pelo

³³ <http://www.fapesp.br/>



CGI.br como de natureza privada, ou seja, não são recursos de natureza pública, não podem ser apropriados por nenhuma esfera de governo brasileira.

E o Núcleo de Informação e Coordenação do .br (NIC.br)³⁴ é uma Organização não-governamental, apontou Carlos Afonso. Ela atua como o registrador de domínios sob o CCTLD do ".br", coordenando a distribuição de endereços IP no Brasil. Ao contrário da maioria dos outros países, o Brasil, Japão, México e mais alguns outros, muito poucos decidiram que a distribuição de números IP seria feita de maneira coordenada e centralizada em um organismo. E no caso do Brasil é o próprio NIC.br que faz essa distribuição de números IP para as operadoras, provedores, etc. O NIC também opera pontos de troca de tráfego neutros, sem fins de lucro, em 23 cidades do Brasil, sendo considerado um dos maiores projetos do mundo de pontos de troca de tráfego que interconectam as várias espinhas dorsais da Internet no Brasil. Isso tem uma escala excepcional, explicou o conselheiro do CGI.br, sendo operado totalmente sem finalidade lucrativa, onde qualquer provedor que tiver o chamado sistema autônomo que é um grupo contínuo de números IP e queira ser anunciado na Internet através e sair através de um desses Ponto de Troca de Tráfego (PTT) pode conectar-se e a única coisa que ele tem que fazer é levar sua fibra ótica ou seu rádio até esse PTT.

Além disso, é mantido o centro de resposta, formação e informação sobre incidentes de segurança, o CERT.br, que treina tanto representantes desde a Polícia Federal, os Ministérios, das empresas, etc. em segurança nas redes da Internet, bem como mantém um sistema de monitoramento bastante eficaz de informação sobre segurança com relação à rede. Apoia e participa da Força Tarefa de Engenharia da Internet, é um Fórum internacional que decide os padrões, que recomenda os padrões para os

³⁴ <http://www.nic.br/index.shtml>



protocolos da Internet, roteamento, uma série de standards, de padrões que são definidos pela IETF (*Internet Engineering Task Force*)³⁵.

Carlos Afonso também apresentou a manutenção do CETIC.br, Centro de Pesquisa sobre TICs, oficialmente reconhecido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO)³⁶, onde são feitas estatísticas e estudos padronizados internacionalmente pra que a gente possa visualizar como nós estamos em relação ao resto do mundo no desenvolvimento da rede no Brasil em vários aspectos. Também atua com o Observatório Nacional da operação do relógio atômico da hora oficial brasileira e o serviço NTP, bem como apoia e hospeda o capítulo brasileiro do *World Wide Web Consortium* (W3C)³⁷. Carlos Afonso também destacou outras iniciativas do CGI.br como o apoio a eventos e projetos relacionados a governança da Internet e TICs para o desenvolvimento. Fornece assistência técnica na administração de CCTLDs a países da América Latina e África; Provê co-financiamento a vários eventos e fóruns nacionais e internacionais relacionados às TICs e Internet, tais como: IGF, ICANN, FISL - Fórum de Software Livre do Brasil, SBC, Fórum Brasileiro de Internet que é esse; Administra a infraestrutura técnica do registro regional de números IP da América Latina. Ele explicou que cada região do mundo, das 5 regiões, tem um registrador regional de números de IP que recebe blocos de números de IP que são distribuídos de maneira, vamos dizer equânime, se é que se pode dizer assim, entre as regiões. E o LACNIC é o responsável pela América Latina e Caribe. Toda a operação técnica do LACNIC que é sediada, a organização é sediada em Montevideú, mas a operação técnica é

³⁵ <http://www.ietf.org/>

³⁶ <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/>

³⁷ <http://www.w3c.br/Home/WebHome>



toda feita em São Paulo, no NIC.br. Atualmente o número de domínios registrados no dia 1 de setembro de 2013 é exato: 3.277.560 domínios ".br". A anuidade é de 30 reais desde 2003.

O professor repassou brevemente os 10 princípios que nós aprovamos. O uso da Internet, é o primeiro: Liberdade, privacidade e direitos humanos. Liberdade, privacidade e direitos humanos, sendo que o uso da Internet deve guiar-se pelos princípios de liberdade de expressão, de privacidade do indivíduo e de respeito aos direitos humanos, reconhecendo-os como fundamentais para a preservação de uma sociedade justa e democrática. Explicou Carlos que a governança democrática e colaborativa deve ser exercida de forma transparente, multilateral e democrática, com a participação dos vários setores da sociedade, preservando e estimulando o seu caráter de criação coletiva. A palavra multilateral quer dizer entre governos. Então a participação dos governos é tão relevante quanto a participação de todos os outros setores. A universalidade, comentou Afonso, é o acesso à Internet que deve ser universal para que ela seja um meio para o desenvolvimento social e humano, contribuindo para a construção de uma sociedade inclusiva e não discriminatória em benefício de todos. Esse é um grande desafio. Seguindo o decálogo, o conselheiro aponta a diversidade, como exemplo a diversidade cultural deve ser respeitada e preservada e sua expressão deve ser estimulada, sem a imposição de crenças, costumes ou valores. A inovação, onde a governança da Internet deve promover a contínua evolução e ampla difusão de novas tecnologias e modelos de uso e acesso.

Além disso, a neutralidade da rede, apontado pelo painalista como um dos pontos quentes em discussão no Marco Civil, pois basicamente as empresas de telecomunicação querem decidir, por todos os brasileiros, como isso deve ser realizado. E querem impor no Marco Civil as suas regras. Chegando já ao limite de dizer que os nomes e números da Internet não deveriam ser



ponderados pelo CGI.br, mas deveriam sim ser coordenados pela ANATEL. O que seria, se isso chegar a acontecer, vai ser o primeiro país democrático representativo do planeta que vai fazer esse movimento. Carlos Afonso alertou que esse movimento reverteria todo o processo pluralista que foi construído desde o final da década de 80.

Seguindo o decálogo, filtragem ou privilégios de tráfego devem respeitar apenas critérios técnicos e éticos, não sendo admissíveis motivos políticos, comerciais, religiosos, culturais, ou qualquer outra forma de discriminação ou favorecimento. Bem como a inimizabilidade da rede, onde o combate a ilícitos na rede deve atingir os responsáveis finais e não os meios de acesso e transporte, sempre preservando os princípios maiores de defesa da liberdade, da privacidade e do respeito aos direitos humanos. É outro ponto que está, ponto de debate forte também no Marco Civil, especialmente ao artigo 15, parágrafo 2 e etc.

Seguindo, Carlos Afonso apontou a funcionalidade, segurança e estabilidade, onde a estabilidade, a segurança e a funcionalidade globais da rede devem ser preservadas de forma ativa através de medidas técnicas compatíveis com os padrões internacionais e estímulo ao uso das boas práticas. O painalista alerta que não será construída uma Internet do Brasil. Está sendo construída uma, desde o final da década de 80, pelo menos, uma Internet no Brasil. A padronização e interoperabilidade, pois a Internet deve basear-se em padrões abertos que permitam a interoperabilidade e a participação de todos em seu desenvolvimento. Isso está na raiz da Internet, né? Está na origem toda da Internet. Tudo é baseado, o TCP-IP é um protocolo desde a origem, completamente aberto; os padrões são completamente abertos, etc.

No final de sua apresentação, o painalista declarou que o ambiente legal e regulatório deve preservar a dinâmica da Internet como espaço de colaboração, basicamente entender que a Internet está em constante evolução, com inovações que nenhum de nós



pode imaginar quais serão nos próximos 2 ou 3 anos e que qualquer legislação não pode considerar Internet como uma fotografia. Ela tem que considerar como um filme que tá passando e que nós não sabemos exatamente qual vai ser o final. Então nós não podemos engessar a Internet com base numa fotografia de um determinado momento dessa rede. Então esse é o espírito que está por trás desse ambiente legal e regulador.